

Perfil sociodemográfico da adolescente em situação de rua: análise das condições socioculturais

Socio-demographic profile of female adolescents in a street situation: analysis of sociocultural conditions

Perfil sociodemográfico de la adolescente en situación de calle: análisis de las condiciones socioculturales

Lucia Helena Garcia Penna^I; Joana Iabrudi Carinhonha^{II}; Liana Viana Ribeiro^{III};
Helena Maria Vianna Graça^{IV}; Caroline dos Santos Marques^V

RESUMO

Objetivo: analisar o perfil sócio-econômico-demográfico de mulheres adolescentes em situação de rua, na perspectiva das condições socioculturais. **Metodologia:** pesquisa quantitativa com 21 mulheres adolescentes com experiência de viver na rua, acolhidas em duas unidades da rede municipal de acolhimento do Rio de Janeiro. Os dados foram produzidos a partir de entrevistas contendo questões objetivas de caracterização do perfil sócio-econômico-demográfico, e submetidos à análise estatística com cálculos de frequência absoluta e percentual. **Resultados:** maioria das adolescentes é preta/parda; apresenta baixa escolaridade; proveniente de comunidades pobres; seus responsáveis têm baixa escolaridade, desemprego/subemprego ou envolvimento com ilegalidade/criminalidade; maioria afastada do convívio familiar há mais de 1 ano com sucessivas passagens pelo acolhimento institucional. **Conclusão:** dados refletem as raízes históricas do grupo, com reprodução do padrão parental, ressaltando a precariedade intergeracional. A longa história de afastamento do convívio familiar indica a dimensão do esgarçamento dos laços familiares, fornecendo indícios das precariedades econômicas e psicoafetivas e da necessidade de intervenções preventivas.

Palavras-chave: Jovens em situação de rua; saúde da mulher; enfermagem; saúde pública.

ABSTRACT

Objectives: to analyze the social, economic and demographic profile of female adolescents in a street situation, from the standpoint of socio-cultural conditions. **Methodology:** this quantitative study of 21 adolescent women with experience of living on the street, in care at two of Rio de Janeiro's municipal shelters. Data were produced from interviews with objective questions to characterize a social, economic and demographic profile, and were subjected to statistical analysis by calculating absolute and percentage frequencies. **Results:** most of the adolescents were black or brown, had little schooling, and were from poor communities; most had lived away from their families for more than one year and had been institutionalized several times; their guardians had little schooling, and were un- or under-employed or involved in illegal or criminal activities. **Conclusion:** the data reflect the group's historical roots and its reproduction of parental patterns, and highlight the intergenerational precarity. The long histories of removal from the family indicate the extent to which family ties are fragmentary, and evidence precarious economic and psycho-affective conditions and the need for preventive interventions.

Keywords: Homeless youth; women's health; nursing; public health.

RESUMEN

Objetivos: analizar el perfil socioeconómico-demográfico de chicas adolescentes en situación de calle, en la perspectiva de las condiciones socioculturales. **Metodología:** investigación cuantitativa con 21 adolescentes del sexo femenino con experiencia de vivir en la calle, recibidas en dos unidades de acogida de la red municipal de Río de Janeiro. Los datos fueron producidos a partir de entrevistas con preguntas objetivas de caracterización del perfil socioeconómico-demográfico y sometidos al análisis estadístico con cálculos de frecuencia absoluta y porcentual. **Resultados:** la mayoría de las adolescentes son negras/pardas; tienen baja escolaridad; proceden de comunidades pobres; sus responsables tienen baja escolaridad, desempleo/subempleo o implicación con ilegalidad/criminalidad; la mayoría está alejada de la convivencia familiar desde hace más de un año con sucesivos pasos por instituciones de acogida. **Conclusión:** los datos reflejan las raíces históricas del grupo, resaltando la precariedad intergeneracional. La larga historia de alejamiento de la convivencia familiar indica cómo se desgastan los lazos familiares, mostrando indicios de las precariedades económicas y psicoafectivas y de la necesidad de intervenciones preventivas.

Palabras clave: Jóvenes sin hogar; salud de la mujer; enfermería; salud pública.

INTRODUÇÃO

O fenômeno da adolescente em situação de rua constitui um grave problema social. O contexto de instabilidade familiar associado à instabilidade econômica

estrutural e à falta de apoio de instituições públicas compromete a manutenção dos laços sociofamiliares significativos, impelindo crianças e adolescentes a seguir

^IEnfermeira Obstétrica. Doutora. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: luciapenna@terra.com.br

^{II}Enfermeira Obstétrica. Doutora em Enfermagem. Professora Adjunta da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil E-mail: iabrudi@yahoo.com

^{III}Enfermeira. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: liana_vian@hotmail.com

^{IV}Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: lina_mviana@gmail.com

^VEnfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil. E-mail: carolmarquesenf@gmail.com

por (des)caminhos, os quais as distanciam do ambiente familiar. Esta trajetória pode culminar na tomada das ruas como espaço de sobrevivência, estabelecendo a ruptura desses vínculos e a redução da capacidade futura de inserção no mercado de trabalho – o que caracteriza um processo de desafiliação.

Estas jovens experienciam um lugar de não-pertencimento, cuja possibilidade de inscrição social se dá, sobremaneira, pelo viés da violência – aqui entendida como resistência a um sistema sócio-político-econômico instituído que negligencia, nega seus direitos, que não deixa todos os indivíduos se incluírem, que os discrimina e marginaliza desde o início num processo de estigmatização^{1,2}. No caso das adolescentes, acrescenta-se ainda a prostituição e a gravidez nesta fase e contexto, as quais costumam ser condenadas. Assim, a presença da adolescente na rua causa incômodo e culpa nos outros (civis), por isso é preciso eliminá-las, ou no mínimo, ocultá-las, além de culpabilizá-las (e, na maioria das vezes, incriminá-las) pelas violências nas ruas da cidade, bem como pelas iniquidades que elas refletem e realçam tão marcadamente^{3,4}.

Por outro lado, o afastamento do convívio familiar constitui na atualidade uma violação dos direitos de crianças e adolescentes⁵⁻⁷, apesar de ser realidade histórica vivida no interior de muitas famílias brasileiras. O interesse por compreender essa complexidade e poder auxiliar em intervenções preventivas e promotoras de saúde tem sido proposta das ações governamentais^{8,9}. Mas, na prática, esse fenômeno permanece afastado da rede de atenção à saúde, colocando-se como desafio aos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS) – universalidade, equidade, integralidade¹⁰.

A problemática da adolescente em situação de rua, considerando a origem deste processo de desafiliação – o afastamento do convívio familiar^{4,11}, suscita a busca de respostas para este problema social e de saúde pública, dada sua complexidade e impacto sobre a saúde física e mental de muitas adolescentes e de muitas famílias.

Buscando indícios acerca das condições de vida que antecedem a saída de casa, neste momento, o objetivo do presente trabalho foi analisar o perfil sociodemográfico das adolescentes com experiência de viver na rua, na perspectiva das condições socioculturais.

REVISÃO DE LITERATURA

A história da adolescência em situação de rua data da época da colonização em que o processo de urbanização agravou a situação de crianças pobres e das consideradas ilegítimas, que eram enjeitadas ou abandonadas nas ruas, tornando necessária a organização de instituições de amparo a estas crianças e jovens e, posteriormente, aos filhos de escravas. Desde esta época, a infância e juventude desamparadas e pobres seguem sendo vigiadas e controladas com base nos preceitos de salvaguardá-las do risco de se tornarem

perigosos e criminosos, sendo classificados ora como perigosos ora em perigo e, portanto, justificando medidas repressivas para evitar seu desvirtuamento pelo meio social deletério^{5,12}.

O primeiro censo nacional de crianças e adolescentes em situação de rua, realizado em 2010, identificou 23.973 crianças e adolescentes vivendo em situação de rua, sendo que o maior contingente encontra-se no município do Rio de Janeiro¹³. Adolescentes em situação de rua são apenas uma pequena parcela, mais visível e ameaçadora, de uma grande parte da população jovem que mora com seus pais em condições muito pouco favoráveis¹⁴.

Contextos nacionais^{4,5} e internacionais^{15,16} apontam que a inter-relação da pobreza, violência e instabilidade familiar constituem as razões primárias do afastamento do convívio familiar para adolescentes. Contudo, as famílias não podem ser exclusivamente culpabilizadas por não conseguirem cumprir o papel de proteção e desenvolvimento saudável dos seus membros como é socialmente esperado, uma vez que estão inseridas no cenário neoliberal que fragiliza vínculos empregatícios e sociofamiliares, produz falta de acesso à educação, saúde, moradia, lazer, cultura^{2,10,17}. Quanto maior a desigualdade socioeconômica, maior a vulnerabilidade das famílias, intensificando, sobremaneira, a saída para as ruas.

O contingente de jovens em situação de rua é majoritariamente masculino, refletindo as assimetrias de gênero, a partir dos quais os meninos são estimulados a dominar o espaço público, usando a rua para o trabalho ou diversão, enquanto as meninas devem permanecer restritas ao privado, envolvidas nos afazeres domésticos, no cuidado das crianças mais novas^{18,19}, reproduzindo uma lógica que promove nas mulheres a aceitação de situações de abuso ou exploração. Nesse sentido, o grupo feminino assume importância qualitativa dadas as particularidades da vulnerabilidade social e de saúde, destacando-se a gravidez não planejada; exploração e abuso sexual; submissão ao companheiro para proteção ou afeto; elevado índice de infecções sexualmente transmissíveis (IST); uso abusivo de drogas como consequência ou causa; baixa autoestima; maior impacto de eventos estressores, sobretudo relativos à violência doméstica e sexual^{4,18,20,21}.

A literatura tem destacado que a experiência de viver na rua tem efeitos negativos ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, contudo, há preservação dos recursos internos e externos para enfrentar tantas adversidades^{14,22}. Pondera-se também que, a despeito das vulnerabilidades envolvidas na vivência de rua, este espaço agrega afetos positivos, além de proporcionar uma alternativa à situação anterior de vida que apresentava vulnerabilidade e risco potencialmente prejudiciais¹⁸.

Por outro lado, estudos^{4,22-24} identificam as dificuldades enfrentadas pelos serviços de acolhimento institucional em proporcionar o atendimento adequado às crianças e adolescentes, constituindo em grande medida novas situações de violência, sobretudo pelas

condutas calcadas na tradicional lógica de contenção do desvio. Contudo, apontam experiências exitosas de acolhimento institucional, indicando que a institucionalização apresenta-se como importante estratégia para o suporte e acolhimento de jovens em situação de rua, quando bem capacitada e qualificada.

METODOLOGIA

O presente estudo é do tipo descritivo com uma abordagem quantitativa, tendo sido realizado com 21 mulheres adolescentes com experiência de viver na rua e que se encontravam acolhidas em duas unidades da rede de acolhimento para adolescentes do município do Rio de Janeiro (Subsecretaria de Proteção Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS/RJ), localizadas na zona norte e zona sul da cidade, entre março de 2013 e maio de 2014.

Após um momento inicial de aproximação e reconhecimento mútuo, com explicitação da pesquisa e seus objetivos, as adolescentes acolhidas foram convidadas a participar do estudo através de entrevista com questões objetivas de caracterização do perfil sócio-econômico-demográfico das participantes. As variáveis abordadas foram: idade, cor da pele, nível de escolaridade, trabalho, tempo de afastamento do convívio familiar, tempo de acolhimento institucional atual, história de acolhimento anterior, responsável pela criação da adolescente, escolaridade dos responsáveis, ocupação dos responsáveis, comunidade de origem, principal referência familiar.

As entrevistas foram individuais e realizadas em local privativo na instituição de acolhimento. A participação delas foi validada através da assinatura conjunta com a direção de cada unidade de acolhimento (responsáveis legais à época) do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo aos preceitos éticos da Resolução nº 466, de 2012, sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe destacar que o estudo foi previamente aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ (COEP) sob protocolo de número 253.927 e CAAE número 04252112.4.0000.5282, bem como pelo Centro de Capacitação da Política de Assistência Social (SMAS/RJ), pois é o setor responsável pela organização de pesquisas a serem realizadas por instituições externas nos serviços e programas da SMAS/RJ.

Os dados assim produzidos foram submetidos à análise estatística com cálculo das frequências absoluta (f) e percentual (%), e interpretados à luz da literatura existente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As principais variáveis do perfil socioeconômico e demográfico das adolescentes estudadas estão relacionadas na Tabela 1. Elas apresentaram idade entre 12 e 18 anos, com maior concentração entre 16 e 18 anos (52,4%). Quanto à cor da pele, predominaram as adolescentes que

se declararam parda (47,6%) ou preta (33,3%). No levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento⁵, dentre os acolhidos com história de rua, também se verifica um maior quantitativo de jovens nesta faixa etária e com cor da pele preta e parda.

Apenas 11(52,4%) adolescentes estavam estudando à época. Além disso, 17(80,9%) adolescentes encontravam-se no ensino fundamental (até 7ª série) e

TABELA 1: Variáveis sociodemográficas das adolescentes. Rio de Janeiro, Brasil, 2014. (N=21).

Variáveis	f	%
Idade		
12 anos	1	4,8
13 anos	2	9,5
14 anos	5	23,8
15 anos	2	9,5
16 anos	4	19,1
17 anos	5	23,8
18 anos ou mais	2	9,5
Cor da pele		
indígena	1	4,8
preta	7	33,3
parda	10	47,6
branca	3	14,3
Inserção atual na escola		
sim	11	52,4
não	10	47,6
Sabe ler e escrever		
sim	19	90,4
não	1	4,8
mais ou menos	1	4,8
Escolaridade		
até 4ª série	4	19
5ª até 7ª série	13	61,9
1º grau completo	2	9,5
2º grau incompleto	1	4,8
não atribuído	1	4,8
Já trabalhou		
sim	14	66,6
não	6	28,6
não atribuído	1	4,8
Tempo fora de casa		
1-6 meses	6	28,6
7-11 meses	1	4,8
1-3 anos	6	28,6
4-6 anos	2	9,5
7-10 anos	5	23,8
não sabe	1	4,8
Tempo de acolhimento atual		
< 1 mês	6	28,6
1-6 meses	8	38,1
7-11 meses	3	14,3
1-2 anos	2	9,5
não atribuído	2	9,5
História de acolhimento anterior		
sim	14	66,7
não	7	33,3

tinham mais de 12 anos de idade. Logo, verifica-se que parcela significativa das jovens apresentava defasagem idade/série, sendo que uma (4,8%) adolescente afirmou não saber ler e escrever e outra (4,8%) sabe mais ou menos, como verificado na Tabela 1. Estes dados são similares ao encontrado no levantamento nacional⁵, que verificou ainda o menor acesso à escolarização pelas crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional comparativamente ao restante da população infanto-juvenil brasileira. Apesar das dificuldades, a literatura^{4,22} indica que, em particular para essas meninas, o estudo representa a possibilidade de transformação da realidade e construção de projeto de vida melhor.

As adolescentes do estudo são provenientes de comunidades pobres de várias regiões da cidade, principalmente, sendo cinco do centro (23,8%), oito da zona norte (38,2%) e quatro (19,1%) advindas de outros municípios, como se pode observar na Tabela 2. As comunidades referidas pelas adolescentes são favelas, as quais apresentam os piores índices de desenvolvimento social, bem como as mais elevadas incidências criminais (homicídio, roubo, furto) do município do Rio de Janeiro^{25,26}. Configuram espaços que se organizam a margem das leis e normas do Estado, mas legitimados pelo poder do crime organizado, produzindo uma cultura de periferização marcada pela violência⁴.

TABELA 2: Região da comunidade de origem das adolescentes. Rio de Janeiro, Brasil, 2014. (N=21)

Área programática (AP) / Bairro (Favela)	f	%
AP 1.0 (Centro)	5	23,8
Bairro de Fátima		
Centro (Morro da Providência)		
Mangueira		
Santa Tereza (comunidade Fallet)		
AP 3.1 (Zona Norte)	3	14,3
Bonsucesso (Complexo do Alemão)		
Bonsucesso (Vila São Pedro)		
Cordovil (Cidade Alta)		
AP 3.2 (Zona Norte)	1	4,8
Lins (Morro do Amor)		
AP 3.3 (Zona Norte)	4	19,1
Acari (Morro da Pedreira)		
Anchieta		
Barros Filho (Morro do Chaves)		
Costa Barros (Morro da Pedreira)		
AP 2.1 (Zona Sul)	3	14,3
Copacabana (Ladeira do Tabajara)		
Leblon (Cruzada de São Sebastião)		
Rocinha		
AP 4.0 (Zona Oeste)	1	4,8
Jacarepaguá (Mato Alto)		
Outro município	4	19,1
Duque de Caxias		
Belford Roxo (comunidade Farrola)		
Engenheiro Pedreira, Japeri		

As adolescentes são oriundas de famílias que vivem em condições muito precárias e até miseráveis, cujos responsáveis têm baixa escolaridade ao que se associa uma vinculação empregatícia fragilizada (desemprego ou subemprego) ou o envolvimento com atividades ilegais/criminosas, conforme mostra a Tabela 3. A maioria das mães (33,3%) estudou apenas até a 5ª série, sendo duas analfabetas (9,5%). Contudo, quatro delas (19,1%) estudaram até o ensino médio. O baixo grau de instrução aparece também quando parcela significativa das adolescentes (33,3%) não sabe informar este dado relativo à mãe, e, sobretudo, em relação ao pai (95,2%), como demonstrado na Tabela 3.

TABELA 3: Escolaridade e ocupação dos responsáveis das adolescentes. Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

Variável	f	%
Escolaridade da figura materna (n=21)		
analfabeta	3	14,3
até 4ª série	2	9,5
até 5ª série	2	9,5
2º grau	4	19,1
superior incompleto	1	4,8
não sabe	7	33,3
não atribuído	2	9,5
Escolaridade da figura paterna (n=21)		
5ª série	1	4,8
não sabe	20	95,2
Ocupação da figura materna (n=22)		
faxineira	7	31,8
não tem ocupação (dependente do companheiro)	4	18,2
biscate	2	9,1
profissional do sexo	2	9,1
ambulante	2	9,1
balconista	2	9,1
garçonete	1	4,5
porteira	1	4,5
desempregada	1	4,5
Ocupação da figura paterna (n=22)		
bandido	3	13,7
condutor de brinquedo infantil	1	4,5
frentista	1	4,5
biscate (obra)	1	4,5
não especificado	1	4,5
não sabe	15	68,3

Sucedese a vinculação precária dos responsáveis com o trabalho (desemprego/subemprego), de acordo com a Tabela 3. Em relação à figura materna, 17 mães (77,2%) mantêm-se em subempregos (faxineira, porteira, garçonete, vendedora ambulante, biscate e prostituta), 18,2% não tem ocupação, permanecendo como dependentes do companheiro e uma está desempregada (4,5%). Na maioria dos casos (68,3%), as adoles-

centes não sabem informar a ocupação paterna, quando presente, sendo que também mantêm condições empregatícias frágeis (trabalho em obra, frentista de posto de combustível e biscates) e 13,7% estão envolvidos em atividades criminosas e/ou tráfico de drogas.

Além disso, 61,9 % das adolescentes indicam a mãe como responsável por sua criação, 33,3% têm outras figuras maternas (tia, avó) com essa responsabilidade e apenas uma (4,8%) refere ter sido criada por ambos os pais.

Estes dados indicam que as adolescentes estudadas compõem o grupo das famílias monoparentais e chefiadas pela mulher e, portanto, tendem a ser as mais pobres, constituindo, inclusive, motivo de acolhimento institucional²⁷. As necessidades e as atividades cotidianas dessas famílias envolvem um circuito que se estende no espaço, traçando linhas de ajuda mútua e dando contorno a outras possibilidades de configuração e de valores sociais distintos do padrão tradicional de família nuclear. São famílias que não se enquadram no modelo hegemônico, de forma que tendem a ser vistas como desestruturadas e culpadas pelo fracasso no desenvolvimento de seus filhos – o que para a área da saúde pode ser prejudicial na medida em que o desconhecimento ou desvalorização das estratégias familiares implicam intervenções restritas, limitadas, que não têm resolutividade, eficácia, efetividade sobre os problemas vividos por estas famílias²⁷⁻²⁹.

Como consequência da dificuldade de sustento material, as adolescentes estudadas referem as condições ruins de moradia, alimentação e higiene. A situação se complica com a composição familiar numerosa, decorrente de rearranjos familiares ou não. De forma que são frequentes os relatos de condições extremas como passar fome.

Para organizar a vida doméstica, algumas adolescentes referiram a responsabilidade pelas tarefas domésticas (lavar, arrumar, cozinhar) e pelo cuidado dos irmãos.

Por outro lado, a maioria das adolescentes (66,6%) relata que já trabalhou de forma remunerada antes e/ou depois que saiu de casa, conforme mostra a Tabela 1. De forma diversificada, mencionam atividades de trabalho desenvolvidas na rua (ambulante, rodo, engraxate, prostituição) – 9 (34,6%) – e atividades remuneradas relacionadas com trabalho doméstico ou outras ocupações tipicamente femininas (babá, auxiliar de limpeza, cuidadora de idoso, auxiliar de cabelereiro, costureira, auxiliar de lava-carro, auxiliar de brinquedo infantil, entregadora de quentinha, balconista) – 14 (53,8%). Algumas adolescentes – 3 (11,5%) – citam ainda a experiência de estágio profissionalizante organizado pelo abrigo. Estudo com adolescentes em situação de rua aponta que, por um lado, os motivos para o trabalho precoce são a complementação da renda familiar, a necessidade de acompanhar o adulto ou a subsistência pessoal, e

por outro lado, a busca de trabalho e renda constitui motivação para a ida para a rua¹³.

Grande parte – 13 (61,9%) – das adolescentes entrevistadas está fora de casa há mais de um ano, sendo que parcela significativa – 6 (23,8%) – está afastada do convívio familiar há mais de sete anos, como indica a Tabela 1. Nesta trajetória de afastamento familiar, 14 (66,7%) adolescentes referem ter sido acolhida outras vezes na rede de acolhimento, sendo que, atualmente, 14 (66,6%) delas estão abrigadas há menos de 6 meses. Este resultado está em concordância com dados nacionais e internacionais^{5,16}, nos quais se verificou que quase a metade dessa população permanece na rua há mais de um ano. Historicamente, a adolescência desafiada, no Brasil, foi institucionalizada a partir de uma prática voltada para a contenção do desvio, caracterizada como discriminatória e estigmatizante²¹, conforme sinalizado anteriormente.

A trajetória com sucessivas passagens pela rede de acolhimento institucional mencionada pelas adolescentes participantes indica, por um lado, a dificuldade do sistema de proteção em promover a reinserção familiar de forma efetiva, pois o estigma dessas jovens está de tal forma enraizado na cultura que os próprios profissionais de abrigos resistem em se desfazer dessa imagem e dessa atuação autoritária contra a juventude pobre, ignorando suas necessidades e pontos de vista, de forma que o objeto da atenção permanece sendo o adolescente com problemas, e não o sujeito de direitos²⁹. Por outro lado, há dificuldade da própria jovem em se adaptar às normas institucionais⁵, que tenta enquadrar os jovens num padrão ideal de bom comportamento. Apesar do esforço para um cuidado dialógico, ainda há muitas barreiras para superar o abandono e estabelecer uma assistência de qualidade que promova o acolhimento e suporte psicoafetivo de que necessitam as jovens^{4,22-24,30}.

As adolescentes do estudo são, em sua maioria, pretas, oriundas das classes populares menos favorecidas, não se encaixam no modelo de bom aluno (bom desempenho escolar), caracterizando um perfil amplamente difundido como problema e que traz as marcas suficientes para o estigma de menor delinquente e desvalido. Portanto, podem ser consideradas inadequadas ao sistema capitalista e higienista hegemônico.

Os contextos familiar e comunitário retratados pelas adolescentes evidenciam a condição de vulnerabilidade psicossocial em que se desenvolvem a partir da associação entre a pobreza (que por si só não é sinônimo de vulnerabilidade, ainda que os riscos sejam maiores sobre esta classe) e outros fatores que dificultam o diálogo e acirram as tensões (como a baixa escolaridade, a precarização do trabalho, envolvimento com drogas, ambiente comunitário violento).

A vivência em condições de exploração e iniquidade produz sujeitos cujos laços sociais ficam cada vez

mais esgarçados, impelindo crianças e adolescentes para fora das escolas e forçando-as a trabalhar precocemente para lutar pela sobrevivência, além de privá-las de um desenvolvimento físico e mental adequado pela falta de alimentação e de vínculos afetivos sólidos, entre outros³¹. Isto tem consequências para a projeção futura dessas adolescentes, que, segundo a literatura^{21,32}, almejam constituir suas próprias famílias, mas, na maioria das vezes, as mesmas não reconhecem a possibilidade de construção de um vínculo afetivo com seus filhos, devido a sua história de vida com laços familiares fragilizados ou rompidos.

Reforçando esta perspectiva, os dados produzidos evidenciam a reincidência de padrões e valores entre gerações mediante a associação da baixa escolaridade e frágil inserção no mercado de trabalho tanto das adolescentes quanto de suas mães.

CONCLUSÃO

Os dados apresentados refletem as raízes históricas do grupo: as adolescentes são pretas, pobres, têm baixa ou nenhuma escolaridade, envolvem-se com atividades subalternas e ou condenadas socialmente para o sustento financeiro, dando contorno a uma imagem estigmatizada. Acrescenta-se, a partir das informações familiares, que estas jovens reproduzem o padrão parental, ressaltando a precariedade intergeracional estabelecida por uma ordem socioeconômica injusta e desigual, que paulatinamente não fornece as condições básicas para a sobrevivência digna de grande conjunto de famílias brasileiras. Além disso, a longa história de afastamento do convívio familiar, alternando entre a vida na rua e nas instituições de acolhimento, indica a dimensão do esgarçamento dos laços familiares, fornecendo indícios das precariedades não só econômicas, mas psicoafetivas também.

Diante da desestabilização do contexto familiar e comunitário apresentado, de uma forma ou de outra, as adolescentes vão convivendo e aprendendo uma cultura de viver precarizado, violento, que contribui para a sua desafiliação e violação de seus direitos, e tende a inviabilizar um futuro com dignidade e cidadania.

As limitações do presente estudo dizem respeito a sua abrangência que não permite generalizações e limita o aprofundamento das questões envolvidas no fenômeno da adolescente em situação de rua. Foram levantados alguns aspectos das condições de vida destas jovens, que fornecem indícios do processo de desafiliação vivido pelas mesmas, e que suscitam ações preventivas à saída de casa. Contudo, não foram investigadas as práticas, as relações e as representações que movimentam esse cotidiano familiar, sugerindo a necessidade de mais estudos nesse sentido que possam contribuir para subsidiar as bases teórico-científicas que orientam a atuação na assistência às adolescentes e suas famílias, bem como na garantia de seus direitos

REFERÊNCIAS

1. Carinhanha JI, Leite LC, Penna LHG. “Minha arma é a mão”: a violência como forma de resistência. In: Leite LC, Leite MED, Botelho AP, organizadoras. Juventude, desafiliação e violência. Rio de Janeiro: Contra-capta; 2008. p.141-54.
2. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Br). Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; 2008.
3. Penna LHG, Carinhanha JI, Rodrigues RF. Violência vivenciada pelas adolescentes em situação de rua na ótica dos profissionais cuidadores do abrigo. Rev Eletr Enferm. 2010 [citado em 1 dez 2016]. 12(2):301-7. Disponível em: <http://www.fen.ufg.br/revista/v12/n2/v12n2a11.htm>.
4. Carinhanha JI, Penna LHG. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigamento. Texto contexto-enferm. 2012; 21(1):68-76.
5. Assis SG, Farias LOP, organizadoras. Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento. São Paulo : Hucitec; 2013.
6. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília (DF): Conselho Nacional de Assistência Social; 2006.
7. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2010.
8. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília (DF): Conselho Nacional de Assistência Social; 2008.
9. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.
10. Paiva IKS, Lira CDG, Justino JMR, Miranda MGO, Saraiva AKM. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. Ciênc saúde coletiva. 2016; 21(8):2595-606.
11. Marchi JA, Carreira L, Salci MA. Uma casa sem teto: influência da família na vida das pessoas em situação de rua. Ciênc cuidado saúde. 2013; 12(4):640-7.
12. Patias ND, Siqueira AC, Dell’Aglia DD. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. Psicol soc. 2017; 29(e131636):1-11.
13. Silva BK, Bezerra WC, Ribeiro MC. Entre a casa e a rua: a percepção de adolescentes em situação de rua. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2017; 28(1):100-9.
14. Moraes NA, Raffaelli M, Koller SH. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. Avances Psicol Latino-am. 2012; 30(1):118-35.
15. Reza MH. Poverty, violence, and family disorganization: three “Hydras” and their role in children’s street movement in Bangladesh. Child Abuse Negl. 2016; 55(5):62-72.
16. Cumber SN, Tsoka-Gwegweni JM. Characteristics of street children in Cameroon: a cross-sectional study. Afr J Prm Health Care Fam Med. 2016; 8(1):1-9.
17. Santos JR, Julião CH. O enfrentamento da situação de vulnerabilidade dos adolescentes em uma instituição de atenção social. REFACS. 2016; 4(1):33-9.
18. Lima RFF, Moraes NA. Fatores associados ao bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de rua. Psico. 2016; 47(1):24-34.
19. Oliveira MAF, Gonçalves RMDA, Claro HG, Tarifa RR, Nakahara T, Bosque RM, et al. Perfil das crianças e adolescentes em situação de rua usuários de drogas. Rev enferm UFPE on line. 2016; 10(2):475-84.

20. Antoni C, Munhós AAR. As violências institucional e estrutural vivenciadas por moradoras de rua. *Psicol em est.* 2016; 21(4):641-51.
21. Penna LHG, Rodrigues RF, Ribeiro LV, Paes MV, Guedes CR. Sexualidade das adolescentes em situação de acolhimento: contexto de vulnerabilidade para DST. *Rev enferm UERJ.* 2015; 23(4):507-12.
22. Ferreira VVF, Littig PMCB, Vescovi RGL. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. *Psicol soc.* 2014; 26(1):165-74.
23. Zappe JG, Dell'Aglio DD. Variáveis pessoais e contextuais associadas a comportamentos de risco em adolescentes. *J Bras Psiquiatr.* 2016; 65(1):44-52.
24. Morais NA, Koller SH. Um estudo com egressos de instituições para crianças em situação de rua: percepção acerca da situação atual de vida e do atendimento recebido. *Estudos Psicol.* 2012; 17(3):405-12.
25. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Secretaria Municipal da Casa Civil (RJ). Homicídio doloso, roubo a transeunte, roubo de veículos e furto de veículos segundo Áreas Integradas de Segurança Pública [...] - 2004 a jun 2014. Rio de Janeiro: IPP; 2014.
26. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Secretaria Municipal da Casa Civil (RJ). Índice de desenvolvimento social: IDS por AP, RP, RA, bairro e favela – 2000 a 2010. Rio de Janeiro: IPP; 2010 [citado em 22 nov 2014]. Disponível em: http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/arquivos/2248_ids_2000_2010_ap_rp_ra_bairro_favela.XLS.
27. Brito CO, Rosa EM, Trindade ZA. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. *Temas psicol.* 2014; 22(2):401-13.
28. Carinhanha JI, Penna LHG, Oliveira DC. Representações sociais sobre famílias em situação de vulnerabilidade: uma revisão da literatura. *Rev enferm UERJ.* 2014; 22(4):565-70.
29. Patias ND, Siqueira AC, Dell'Aglio DD. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. *Psicol soc.* 2017; 29(e131636):1-11.
30. Penna LHG, Carinhanha JI, Leite LC. The educative practice of professional caregivers at shelters: coping with violence lived by female adolescents. *Rev Latino-Am Enfermagem.* 2009; 17(6):981-7.
31. Santana RP, Santana JSS. Violência contra criança e adolescente na percepção dos profissionais de saúde. *Rev enferm UERJ.* 2016; 24(4):1-6.
32. Penna LHG, Carinhanha JI, Martins VV, Fernandes GS. A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas. *Rev esc enferm USP.* 2012; 46(3):544-8.